

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202112/0457

Tipo Oferta: Concurso Interno de Ingresso

Estado: Activa

Nível Orgânico: Ministério do Mar

Orgão / Serviço: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Não Revistas

Carreira: Especialista de Informática

Categoria: Qualquer

Remuneração: Primeira posição da carreira de Especialista de Informática

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Dois postos de trabalho da carreira de Especialista de Informática, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a seguinte caracterização dos postos de trabalho a ocupar:

- manter as cadeias de produção, arquivo e distribuição de dados da LSA-SAF (<https://landsaf.ipma.pt/en/>) e de outros programas operacionais em curso, envolvendo obrigatoriamente programação em Python e Shell scripting, bem como gestão de base de dados MySQL;
- contribuir para o desenho das cadeias para as próximas gerações de satélites, na sequência do trabalho referido no ponto anterior, envolvendo obrigatoriamente programação em Python e Shell scripting, bem como gestão de base de dados MySQL;
- implementar atualizações de software e hardware necessárias, incluindo administração de sistemas operativos Linux e Windows, sendo desejável conhecimentos de sistemas de virtualização e containerização;
- manter e desenvolver atualizações adequadas ao website do projeto LSA-SAF, incluindo o serviço de distribuição de dados, esperando-se conhecimentos de gestão de serviços Web (HTML, JavaScript) e, de preferência, experiência em Web Map Service (WMS) e/ou Web Feature Service (WFS).

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura ou Mestrado em Informática, Eng. Informática, ou áreas afins

Grupo Área Temática

Ciências

Sub-área Temática

Ciências de Computadores e Informática

Área Temática

Informática

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.	2	Rua C do Aeroporto de Lisboa	Lisboa	1749077 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 2

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Domínio de inglês falado e escrito.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recrutamento@ipma.pt

Contacto: 218 447 000

Data Publicitação: 2021-12-27

Data Limite: 2022-01-11

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso n.º 23218/2021, II Série Diário da República n.º 249 de 27 de dezembro

Texto Publicado em Jornal Oficial: Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de dois postos de trabalho da carreira de Especialista de Informática para o Núcleo de Observação da Terra 1 - Para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual (LTFP), torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo, de 27 de agosto de 2021, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do aviso (extrato) no Diário da República, procedimento concursal para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira de Especialista de Informática, do mapa de pessoal do IPMA, I. P. para 2021, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, (INA), na qualidade de entidade gestora do sistema de requalificação, não havendo trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adegue às características do posto de trabalho em causa, conforme resposta via e-mail de 28 de julho de 2021. 2 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 3 - Local de trabalho: Sede do IPMA, I.P. sita na Rua C – Aeroporto de Lisboa; 1749-077 Lisboa. 4 - Número de postos de trabalho: Dois postos de trabalho da carreira de Especialista de Informática, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a seguinte caracterização dos postos de trabalho a ocupar: - manter as cadeias de produção, arquivo e distribuição de dados da LSA-SAF (<https://landsaf.ipma.pt/en/>) e de outros programas operacionais em curso, envolvendo obrigatoriamente programação em Python e Shell scripting, bem como gestão de base de dados MySQL; - contribuir para o desenho das cadeias para as próximas gerações de satélites, na sequência do trabalho referido no ponto anterior, envolvendo obrigatoriamente programação em Python e Shell scripting, bem como gestão de base de dados MySQL; - implementar atualizações de software e hardware necessárias, incluindo administração de sistemas operativos Linux e Windows, sendo desejável

conhecimentos de sistemas de virtualização e containerização; - manter e desenvolver atualizações adequadas ao website do projeto LSA-SAF, incluindo o serviço de distribuição de dados, esperando-se conhecimentos de gestão de serviços Web (HTML, JavaScript) e, de preferência, experiência em Web Map Service (WMS) e/ou Web Feature Service (WFS). 5 - Posicionamento remuneratório – A primeira posição da carreira de Especialista de Informática para trabalhador detentor de grau de licenciatura, não havendo lugar a negociação. Em caso de ser detentor da carreira de Especialista de Informática, a remuneração é a auferida atualmente na categoria detida. 6 - Requisitos de admissão ao procedimento concursal: 6.1 - Os requisitos gerais para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da LTFP. 6.2 - O recrutamento é circunscrito a trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP. 6.3 - Em conformidade com a alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho na mesma unidade orgânica idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o referido procedimento. 6.4 - Requisitos especiais: - Licenciatura ou Mestrado em Informática, Engenharia Informática, ou áreas afins; - Domínio de inglês falado e escrito. 7 - A apresentação da candidatura e de todos os documentos que a devam acompanhar deve ser efetuada numa das seguintes modalidades: a) Em suporte eletrónico, como modalidade preferencial, através do preenchimento do formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica do IPMA, I. P., de acordo com o estabelecido no artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, com a identificação do presente aviso e referência respetiva, para o endereço de email recrutamento@ipma.pt; b) Em suporte papel entregue diretamente nas instalações do IPMA, I. P., sitas Sede do IPMA, I.P. sita na Rua C – Aeroporto de Lisboa; 1749-077 Lisboa, no horário de atendimento das 9h00 às 17h30, com a identificação do presente aviso e referência respetiva; ou c) Em suporte papel através do envio, por correio registado com aviso de receção, para a morada indicada, em envelope fechado, com a identificação do presente aviso e referência respetiva. 7.1 - As candidaturas devem ser acompanhadas obrigatoriamente da seguinte documentação: a) Curriculum vitae atualizado, detalhado, datado e assinado; b) Certificado das habilitações literárias; c) Documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, com indicação do número de horas de duração e relacionadas com a caracterização do posto de trabalho a ocupar, sob pena de as mesmas não poderem ser consideradas; d) Declaração emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a modalidade do vínculo de emprego público por tempo indeterminado de que é titular, a categoria, a posição remuneratória em que se encontra nessa data, o conteúdo funcional mencionando a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no respetivo mapa de pessoal aprovado, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, bem como a avaliação de desempenho aos dois últimos biénios, para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º e do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. 8 - Métodos de seleção: No presente procedimento concursal, e considerando que é circunscrito a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, serão aplicados, como métodos de seleção obrigatórios a Prova de Conhecimentos (PC) ou a Avaliação Curricular (AC) e como método complementar a Entrevista Profissional de Seleção (EPS). 8.1 - Prova de Conhecimentos (PC) - será aplicada aos candidatos que: a) Se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; b) Se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular, no formulário da candidatura. 8.2 - A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício das funções correspondentes à caracterização do posto de trabalho a ocupar. As competências técnicas traduzem-se na capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional. É de natureza teórica, reveste a forma escrita e é efetuada em suporte de papel, de realização individual, permitindo-se apenas a consulta de legislação não anotada mencionada na alínea b) do ponto 8.3. A prova incide sobre conteúdos de natureza genérica e específica diretamente relacionados com as exigências da função, não sendo permitida a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado durante a realização da

prova, que terá a duração de duas horas. 8.3 - Para a preparação da prova de conhecimentos, indica-se: a) a seguinte webgrafia (sem possibilidade de consulta durante a prova de conhecimentos): - https://refspecs.linuxfoundation.org/FHS_3.0/fhs-3.0.pdf; - <https://assets.digitalocean.com/books/making-servers-work-a-practical-guide-to-system-administration.pdf>; - <https://assets.digitalocean.com/books/python/how-to-code-in-python.pdf>; - <https://docs.docker.com/>; - <https://www.w3schools.com/mysql/default.asp>; <https://www.digitalocean.com/community/tutorials/how-to-set-up-replication-in-mysql>. b) a seguinte legislação (com possibilidade de consulta dos diplomas legais, desde que impressos e não anotados ou comentados): - Lei Orgânica do IPMA, I.P. - Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 236/2015, de 14 de outubro; - Estatutos do IPMA, I.P. - Aprovados pela Portaria n.º 304/2012, de 4 de outubro; - Regulamento Interno do Instituto Português do Mar e da Terra, I.P. - Aprovado pelo Despacho n.º 8416/2021, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 165, de 25 de agosto de 2021; - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual; - Estatuto das carreiras e funções específicas do pessoal de informática - Decreto-Lei n.º 97/2001 de 26 de março; - Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril - Define as áreas e os conteúdos funcionais das carreiras do pessoal de informática da Administração Pública; - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE); - Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto - Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016; - Resolução de Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março - Define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais; 8.4 - Avaliação Curricular (AC) - aplicável aos candidatos que se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como a candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade. 8.5 - Na Avaliação Curricular serão analisados os seguintes fatores: a) Habilitação Académica - será ponderada o nível habilitacional detido; b) Formação Profissional - apenas se considerará a formação profissional respeitante às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias aos postos de trabalho a preencher; c) Experiência Profissional - com incidência sobre a execução de atividades inerentes aos postos de trabalho em causa; d) Avaliação de Desempenho - será ponderada a avaliação relativa aos dois últimos biénios, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar. 9 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS): 9.1 - A Entrevista profissional de seleção (EPS), visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados, durante a interação estabelecida entre o entrevistador e entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 9.2 - A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 10 - A valoração dos métodos anteriormente referidos, será convertida numa escala de 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais: $CF = 0,70 PC + 0,30 EPS$ $CF = 0,70 AC + 0,30 EPS$ em que: CF = Classificação Final PC = Prova de conhecimentos EPS = Entrevista profissional de seleção AC = Avaliação Curricular 11 - Os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, são facultados aos candidatos sempre que solicitados. 12 - Os métodos de seleção são aplicados pela ordem enunciada e têm caráter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que não comparecerem à sua realização ou que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer deles. 13 - Os candidatos são convocados para os métodos de seleção por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação nos termos da alínea a) do artigo 10.º da citada Portaria. 14 - Em situação de igualdade de valoração aplica-se o disposto no artigo 27.º da citada Portaria. 14.1 - Verificando-se ainda a igualdade de valoração, os candidatos serão seriados, sucessivamente, pelos seguintes critérios: a) Experiência profissional no exercício de funções idênticas às do posto de trabalho em questão (número de anos); b) Formação profissional relevante para o desempenho do posto de trabalho (número de horas); c) Habilitações Literárias do candidato; d) Área de residência do candidato. 15 - Resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção: Os resultados obtidos em cada método de seleção são publicitados através de lista, ordenada

alfabeticamente, a disponibilizar na página eletrónica do IPMA, I. P. 16 - Candidatos aprovados e excluídos: 16.1 - Constituem motivos de exclusão dos candidatos, o incumprimento dos requisitos gerais e especiais mencionados no presente Aviso, sem prejuízo dos demais requisitos, legal ou regulamentarmente previstos. Constituem ainda motivos de exclusão a não comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção e a obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção aplicado, não sendo, neste caso, aplicado o método de seleção seguinte. 16.2 - Os candidatos excluídos são notificados para a realização de audiência de interessados por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação ao abrigo da alínea a) do artigo 10.º da citada Portaria e com observância do Código do Procedimento Administrativo. 17 - A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, após homologação, é publicitada na 2.ª série do Diário da República, afixada em local visível e público das instalações do IPMA, I. P., e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. 18 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, o presente aviso, por extrato, será publicitado na 2.ª série do Diário da República, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica do IPMA, I. P.. 19 - Composição do júri do procedimento concursal: Presidente: Isabel Alexandra Martinho Franco Trigo, Coordenadora do Núcleo de Observação da Terra, sendo substituída nas suas ausências ou impedimentos pelo 1.º Vogal efetivo; 1.º Vogal efetivo: Pedro Miguel dos Santos Pecegueiro Ferreira, Especialista de Informática do Núcleo de Observação da Terra; 2.º Vogal efetivo: Ana Sofia Subtil Baptista, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos; 1.º Vogal suplente: Ricardo João Ratola Capela Deus, Chefe de Divisão, da Divisão de Clima e Alterações Climáticas; 2.º Vogal suplente: André Filipe Cardoso Braga Agostinho, Chefe de Divisão, da Divisão de Recursos Humanos.

Observações
